

EMPODERAMENTO ECONOMICO DA POPULAÇÃO AFRODESCENDENTE

E O PAPEL DOS BANCOS NACIONAIS E
MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO



Ficha Técnica

COORDENAÇÃO GERAL E EDIÇÃO: Carolina de Almeida Pereira

REDAÇÃO: Carolina de Almeida Pereira

REVISÃO TÉCNICA: Iradj Roberto Eghrari

EDITORIAÇÃO: Antônio Carlos “KK” Santos Filho

realização



apoio



OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS

Empoderamento Econômico da População Afrodescendente e o Papel dos Bancos Nacionais e Multilaterais de desenvolvimento

Resumo executivo

NOVEMBRO 2024

Sumário

06

APRESENTAÇÃO

08

RECOMENDAÇÕES

3.1. Recomendações para Instituições Financeiras e Bancos de Desenvolvimento

3.2. Recomendações para Política Pública e Governos

3.3. Recomendações para Fortalecimento da Sociedade Civil e Parcerias Intersetoriais

15

CONCLUSÃO

Apresentação

Em 31 de dezembro de 2023, o Estado brasileiro assumiu a Presidência do G20 de 2024, colocando em destaque duas prioridades inter-relacionadas e de emergente importância global: o combate às desigualdades e o compromisso com a reforma da arquitetura do sistema financeiro internacional. Essas questões, que tocam diretamente nas bases das injustiças estruturais que perpetuam a marginalização de populações subalternamente racializadas, ganham ainda mais relevância quando consideradas no contexto das pessoas afrodescendentes, historicamente excluídas das principais esferas econômicas. Nesse cenário, Geledés - Instituto da Mulher Negra, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os grupos de engajamento do G20, Civil 20 (C20), Think 20 (T20), Women 20 (W20) e a ONU Mulheres Brasil, reconheceram a urgência de integrar o enfrentamento à discriminação étnico-racial como parte de suas agendas prioritárias, buscando avançar em políticas de inclusão que promovam a igualdade formal e mudanças substanciais nas condições de vida da população afrodescendente, por meio do empoderamento econômico.

A proposta deste documento responde à necessidade de sistematizar e aprofundar as discussões decorrentes do seminário Empoderamento Econômico da População Afrodescendente e o Papel dos Bancos Nacionais e Multilaterais de desenvolvimento, realizado em Brasília, DF, nos dias 9 e 10 de setembro de 2024, que tratou do papel dos Bancos Nacionais e Multilaterais de Desenvolvimento no empoderamento econômico da população afrodescendente. O programa do seminário encontra-se no Anexo I.

O seminário foi fruto da colaboração entre Geledés – Instituto da Mulher Negra, Ipea, Grupo de trabalho 8 do C20, Forças tarefas 1 e 3 do T20, W20 e ONU Mulheres Brasil, representando uma articulação entre grupos e instituições dedicadas ao enfrentamento das desigualdades sociais e econômicas, tanto em nível nacional quanto internacional. Geledés, com sua longa trajetória de incidência política e atuação em prol da promoção da igualdade racial e de gênero, desempenha um papel crucial ao trazer para a pauta global a importância de se considerar as especificidades da população afrodescendente, particularmente as mulheres negras, na formulação

de políticas de desenvolvimento. A colaboração com o Ipea, que é o principal instituto de pesquisa em políticas públicas no Brasil, especializado em fornecer dados e análises para o governo, reforça o caráter multidimensional das discussões, que se ancoram tanto na expertise técnica quanto no ativismo político por justiça social.

ONU Mulheres Brasil, com seu mandato para promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, oferece uma perspectiva especializada essencial para garantir que as questões de gênero estejam centralmente incluídas nas políticas de desenvolvimento. O W20, grupo de engajamento do G20 focado na promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres de forma interseccional, contribui com a defesa de políticas que busquem garantir oportunidades iguais para mulheres afrodescendentes em todos os aspectos da vida social e econômica. O Grupo de Trabalho 8 do C20, dedicado à promoção do direito das mulheres e igualdade de gênero, atua como um canal essencial de participação da sociedade civil nas discussões sobre empoderamento econômico e emancipação política, especialmente no que diz respeito à inclusão da população afrodescendente nas agendas de desenvolvimento. Juntas, as Forças Tarefas 1 e 3 do T20, compostas por especialistas de think tanks globais, fornecem o arcabouço intelectual e as recomendações necessárias para reformar o sistema financeiro internacional, ao mesmo tempo em que combatem a fome, pobreza e discriminação racial.

A importância deste documento reside, em parte, na identificação de lacunas observadas nas políticas de inclusão econômica e social que, historicamente, têm falhado em atender às necessidades específicas das pessoas afrodescendentes. Porém, mais ainda, ele é uma resposta ao chamado expresso pelo G20 em transformar declarações e compromissos em ações concretas, com vistas a erradicar as discriminações raciais que permeiam os sistemas econômicos globais.

Desta forma, o objetivo central deste documento a apresentar a compilação das recomendações oriundas do debate com o intuito de influenciar a formulação de políticas públicas que promovam o empoderamento econômico da população afrodescendente. Além disso, com este documento visa-se incentivar o protagonismo dos Bancos Nacionais e Multilaterais de Desenvolvimento, destacando a necessidade de que suas políticas de crédito, financiamento e investimento sejam desenhadas de modo a promover uma inclusão econômica efetiva, sustentável e centrada na justiça racial. Em última instância, espera-se que este documento contribua para articular um plano de ação que vise a inserção econômica de pessoas afrodescendentes em setores estratégicos da economia, com foco no combate às desigualdades estruturais.

Este documento é o resumo executivo de um relatório que concentra as discussões que ocorrem nos painéis de diálogos e nos grupos de trabalho do evento, bem como a programação completo do evento. Este relatório completo pode ser encontrado no seguinte link - <https://shorturl.at/pYOGO>

Recomendações

3.1. Recomendações para Instituições Financeiras e Bancos de Desenvolvimento

- i. **Crédito Afirmativo para Afrodescendentes e Periféricos:** Desenvolver linhas de crédito subsidiado focadas em pequenos e médios empreendedores das periferias, com enfoque em afrodescendentes e apoiando o empreendedorismo local.
- ii. **Políticas de Microcrédito e Flexibilidade:** Ajustar políticas de microcrédito para contextos regionais, oferecendo alternativas de concessão, como histórico de pagamentos essenciais, para superar barreiras de crédito e ampliar o acesso financeiro nas comunidades vulneráveis.
- iii. **Adoção de Critérios Rigorosos de Diversidade:** Estabelecer metas de diversidade racial e de gênero nos editais e operações de crédito do BNDES e outros bancos de desenvolvimento, exigindo que 30% das equipes nos projetos sejam compostas por pessoas negras, especialmente em áreas de gestão e liderança.
- iv. **Integração de Indicadores Sociais e Raciais:** Incorporar indicadores de impacto social e racial nos critérios de financiamento, priorizando projetos que impactem positivamente a população afrodescendente nos quesitos saúde, educação e segurança.

- v. **Instrumentos Financeiros Afirmativos:** Criar produtos financeiros específicos para inclusão racial e econômica, como ETFs focados em diversidade e sustentabilidade, e adotar modelos como o Blended Finance, unindo filantropia e mercado para captar recursos destinados a comunidades vulneráveis.
- vi. **Replicação de Práticas Exitosas de Inclusão:** Adotar práticas de diversidade e inclusão do BID, adaptando-as para o contexto brasileiro e focando na criação de soluções financeiras sustentáveis para a população afrodescendente.
- vii. **Formulários de Coleta de Dados de Raça e Gênero:** Implementar formulários de coleta de dados sobre raça e gênero em operações bancárias para monitorar o impacto das políticas inclusivas, independentemente se tais dados influenciem diretamente na concessão de crédito.
- viii. **Transparência e Visibilidade:** Facilitar o acesso a informações sobre critérios e prazos de concessão de crédito, com dados acessíveis que permitam monitorar quem está sendo beneficiado e como, promovendo uma análise precisa do impacto das políticas financeiras.
- ix. **Estabelecimento de Metas Específicas:** Definir percentuais mínimos de recursos para negócios liderados por mulheres e afrodescendentes, corrigindo desigualdades estruturais e promovendo inclusão socioeconômica.
- x. **Títulos de Gênero e Diversidade:** Expandir os “títulos de gênero” para incluir componentes de diversidade racial e étnica, atraindo investimentos para projetos que beneficiem diretamente mulheres afrodescendentes.
- xi. **Avaliações Qualitativas no Monitoramento de Impacto:** Incorporar avaliações qualitativas aos relatórios de impacto financeiro para identificar como grupos politicamente minoritários são impactados, ajudando a resolver barreiras ao acesso de mulheres e afrodescendentes a recursos financeiros.
- xii. **Coleta e Publicação de Dados de Diversidade:** Instituições financeiras devem incluir dados raciais e de gênero em relatórios, aumentando a transparência e permitindo uma análise mais precisa sobre o impacto de investimentos em minorias políticas e mulheres.
- xiii. **Coalizão para Inclusão Social e Étnica:** Formar uma coalizão entre bancos de desenvolvimento para políticas conjuntas de inclusão social e étnica, baseando-se em modelos do G20 e compartilhando dados e práticas de impacto inclusivo.

- xiv. Criação de Fundos Não Reembolsáveis (Fundos Perdidos):** Estabelecer uma “coalizão social” para direcionar recursos a fundos de apoio básico (saúde, educação, alimentação), criando uma base sólida para que o empreendedorismo e o microcrédito possam prosperar em comunidades vulneráveis.
- xv. Monitoramento de Viés Inconsciente no Crédito:** Adotar políticas para reduzir o viés inconsciente nos processos de análise de crédito, com iniciativas de letramento sobre vieses e relatórios frequentes que assegurem justiça nas concessões de crédito.
- xvi. Sistema de Transparência de Dados:** Criar uma plataforma pública para divulgar dados sobre empresas e projetos financiados, permitindo o monitoramento do uso de recursos e beneficiários das iniciativas.
- xvii. Enfoque Regional de Desenvolvimento para Mulheres Afrodescendentes:** Criar um fundo voltado ao desenvolvimento econômico de mulheres afrodescendentes no Nordeste e em outras áreas carentes, oferecendo apoio direto a projetos que promovam a independência econômica.
- xviii. Incentivo a Modelos de Financiamento Comunitário:** Apoiar modelos de financiamento tradicionais, como cooperativas, para facilitar o acesso a crédito em comunidades vulneráveis.
- xix. Expansão das Políticas de Microcrédito Produtivo Orientado:** Fortalecer OSCIPs no acesso ao microcrédito, reconhecendo seu papel como intermediárias entre as comunidades periféricas e os bancos.
- xx. Promoção de Cadeias de Valor Inclusivas:** Estimular políticas públicas que integrem fornecedores afrodescendentes e periféricos na cadeia de valor de grandes empresas e que implementem compras inclusivas no setor público e privado.
- xxi. Compras Públicas Inclusivas:** Implementar políticas de incentivo para que o setor público e empresas adquiram produtos e serviços de negócios liderados por afrodescendentes e periféricos.

3.2. Recomendações para Política Pública e Governos

- xxii. Criação de Fundos Específicos:** Desenvolver fundos dedicados ao empoderamento econômico da população afrodescendente e periférica, com apoio governamental e internacional, para apoiar microempreendedores locais e estados com alto índice de pobreza e desigualdade racial.
- xxiii. Investimentos em Municípios de Alta População Afrodescendente:** Priorizar investimentos estruturais em municípios com densidade de população afrodescendente, facilitando o acesso dessas regiões a créditos e projetos de desenvolvimento sustentável.
- xxiv. Criação de uma Coalizão para Inclusão no G20:** Formar uma coalizão envolvendo o C20, T20, W20, setor público, privado e terceiro setor para promover políticas estruturais e desenvolver soluções de longo prazo para inclusão racial e desenvolvimento econômico.
- xxv. Critérios de Vulnerabilidade Socioeconômica:** Integrar critérios sociais e econômicos que beneficiem diretamente a população afrodescendente, priorizando vulnerabilidades de renda e localização para direcionar políticas públicas com maior precisão.
- xxvi. Ajuste nas Normas do Bolsa Família:** Revisar as regras do Bolsa Família para permitir uma transição segura ao empreendedorismo, criando maior flexibilidade para beneficiários que busquem microcrédito e melhorias econômicas, sem risco imediato de perda do benefício.
- xxvii. Programas de Empoderamento com Enfoque Intersetorial:** Desenvolver programas de apoio econômico que integrem saúde, educação e assistência, fornecendo a mulheres afrodescendentes em vulnerabilidade uma base sustentável para o crescimento e desenvolvimento local.

3.3. Recomendações para Fortalecimento da Sociedade Civil e Parcerias Intersetoriais

- xxviii. Incentivo a Políticas Públicas de Capacitação para Mulheres Afrodescendentes:** Criar pequenos núcleos de apoio com foco na capacitação, assistência jurídica e acesso ao financiamento para mulheres afrodescendentes, promovendo o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento das comunidades.
- xxix. Criação de Editais para Regiões Periféricas:** Lançar editais específicos para projetos de empoderamento feminino afrodescendente em áreas periféricas, incluindo apoio a capacitação e infraestrutura local, como creches e programas de formação para mulheres.
- xxx. Plano de Economia do Cuidado:** Propor ao G20 um sistema nacional que aborde o trabalho não remunerado, especialmente das mulheres afrodescendentes, e valorize o cuidado.
- xxxi. Redução da Exclusão Digital:** Adotar uma abordagem ética para IA e reduzir a exclusão digital da população afrodescendente, promovendo acesso equitativo ao universo digital.
- xxxii. Programas de Capacitação para Empreendedores Afrodescendentes e Periféricos:** Vincular o acesso ao crédito a programas de capacitação em gestão e educação financeira, ajustando o conteúdo para atender necessidades regionais e promover o desenvolvimento sustentável dos negócios.
- xxxiii. Centros de Acolhimento e Assistência para Mulheres Afrodescendentes:** Desenvolver centros de acolhimento que ofereçam apoio terapêutico, segurança alimentar e moradia para mulheres em contextos de vulnerabilidade, fortalecendo redes locais de apoio.

- xxxiv. Parcerias com o Terceiro Setor para Escuta Ativa:** Utilizar o terceiro setor para aproximar-se das comunidades locais, promovendo a escuta ativa e ajustando políticas às realidades locais com o suporte de lideranças comunitárias e organizações sociais.
- xxxv. Monitoramento de Impacto com Enfoque Racial:** Criar mecanismos de monitoramento e avaliação que considerem raça e gênero, garantindo que as políticas atinjam seus objetivos e proporcionando uma análise que permita ajustes para atender comunidades vulneráveis.
- xxxvi. Parcerias com Setores Públicos, Privados e ONGs:** Estabelecer parcerias intersetoriais para promover uma agenda coordenada de empoderamento racial, facilitando a implementação de práticas inclusivas e integradas entre diferentes setores.
- xxxvii. Apoio Internacional e Replicação de Boas Práticas:** Promover colaborações com agências de desenvolvimento, como o BID, para replicar modelos de sucesso em políticas inclusivas, ajustando experiências internacionais ao contexto local.
- xxxviii. Manual para Capacitar Movimentos Sociais:** Desenvolver manuais que expliquem o funcionamento dos bancos multilaterais, facilitando o entendimento e acesso dos movimentos sociais e organizações negras aos recursos disponíveis para projetos de empoderamento.
- xxxix. Processos Participativos em Editais e Financiamentos:** Incluir as comunidades locais no desenho de editais e processos de financiamento, promovendo o engajamento das lideranças e a proximidade com as realidades locais.

Conclusão

O evento sobre o empoderamento econômico da população afrodescendente e o papel dos bancos nacionais e regionais de desenvolvimento representou um marco de grande importância para reforçar compromissos e traçar novas direções para a inclusão econômica. As discussões trouxeram à tona o potencial transformador de políticas financeiras e de crédito inclusivas, que reconheçam as barreiras estruturais enfrentadas pelas populações afrodescendentes. Ao debater soluções específicas para o acesso ao crédito, o fortalecimento das cadeias de valor e o fomento à liderança afrodescendente, o evento reafirmou a urgência de integrar a equidade racial nas estratégias de desenvolvimento econômico, criando uma base sólida para novas práticas e iniciativas inspiradoras. As discussões evidenciaram a importância de integrar uma perspectiva de gênero nas políticas de desenvolvimento, reconhecendo as barreiras específicas enfrentadas por mulheres afrodescendentes e ampliando as oportunidades de participação econômica para todos.

As recomendações discutidas destacam o papel essencial dos bancos de desenvolvimento como agentes catalisadores de justiça econômica e social. Com o apoio de parcerias intersetoriais e o compromisso contínuo com a diversidade, é possível não apenas reduzir a exclusão econômica, mas também fortalecer o potencial empreendedor de comunidades afrodescendentes, promovendo um desenvolvimento mais justo e sustentável. As práticas e modelos sugeridos ao longo do evento são, portanto, sementes de um futuro em que a inclusão racial e a equidade financeira se entrelaçam, dando forma a uma economia que valorize a pluralidade e impulse o crescimento de maneira inclusiva e transformadora.

Essas recomendações devem ser recebidas com atenção pelo Estado brasileiro, o setor privado, os bancos multilaterais, o BNDES e os bancos de desenvolvimento regionais, e os agentes financeiros em geral, pois todos desempenham um papel central na construção de uma sociedade antirracista. É urgente que todos estes agentes aceitem e implementem essas propostas, demonstrando compromisso na luta contra o racismo e promovendo políticas de reparação e inclusão que avancem rumo a uma sociedade mais justa. O combate ao racismo não é apenas uma questão de justiça histórica, mas um fator fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do país. Somente com a adesão de todos os setores – governamental, privado e sociedade civil – será possível concretizar um futuro de igualdade e dignidade para as populações marginalizadas.

